



As estratégias de resistência para a Luta Antimanicomial

Resistance strategies for the Mental health movement

Fabiola Xavier LEAL*


<https://orcid.org/0000-0003-3476-0780>

“Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência.
Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo.
Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força”
Revista L'Ordine Nuovo, 1919 (GRAMSCI, 1999)¹

O Ensaio intitulado *A gravidade do neoliberalismo radical pós 2008 e nossas estratégias de resistência* de Eduardo Mourão Vasconcelos (2020), nos provoca sobre a necessidade de uma compreensão sobre o projeto neoliberal radical que emergiu após a crise de 2008, para traçar nossas estratégias de resistência e luta na saúde mental. Para chegarmos a uma resposta se compreendemos esse cenário ou não, ou ainda se talvez/em certa medida, precisaremos acompanhar os eixos analíticos que ele nos propõe no percurso do texto com muito acuidade, rigor e autocrítica (no âmbito individual e no conjunto dos sujeitos coletivos). Nesse sentido, é justamente sobre os dois pontos trazidos nas considerações finais dele que vou procurar me ater neste Debate: “[...] desenvolver nossa capacidade de acompanhar e interpretar os ‘sinais dos tempos’; e continuar ou retomar, onde possível, nossa militância de base e particularmente micropolítica nos movimentos sociais populares e em nossa atuação como trabalhadores de políticas sociais” (VASCONCELOS, 2020, p. 24).

O texto nos instiga em diversos pontos de análise de uma conjuntura que é complexa, contraditória e real. Mas que, precisa ser desvelada. Ou seja, Vasconcelos (2020) nos indica um caminho possível e necessário a ser percorrido. Se para traçarmos estratégias de lutas e resistências é preciso, antes, sermos capazes de uma compreensão da conjuntura a partir de uma análise que envolve aspectos econômicos, geopolíticos, sociais e subjetivos, aqui damos uma volta na chave. E notem, a porta ainda não está aberta. Destrancá-la ainda vai nos exigir percorrer um longo caminho.

* Assistente Social. Doutora em Política Social. Profa. Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. (Ufes, Vitória, Brasil). Av. Fernando Ferrari, n. 514, Campus Goiabeiras, Vitória, ES, CEP.: 29075-910. E-mail: fabiola.leal@ufes.br.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

¹ Palavra de ordem inscrita no 1º número da revista onde o Gramsci era o secretário de redação - *L'Ordine Nuovo* [A Nova Ordem] – Resenha semanal de cultura socialista, em 1919.

É por esse caminho que a *Revista Argumentum* ao propor para este número o tema - *As políticas de saúde mental no Brasil e no plano internacional: tendências e desafios* - procura manter o debate em pauta, como já fez em outros números, de modo a contribuir, sobretudo, com análises teóricas que possibilitem alcançar as reflexões feitas no cotidiano pelos movimentos sociais e sujeitos envolvidos com as lutas antimanicomiais. E aqui escrevo *lutas antimanicomiais* no plural de forma intencional. A intenção é, no tempo presente, recolocar não somente a *bandeira tradicional* antimanicomial do não asilamento e isolamento, do não enclausuramento, da não medicalização, da não segregação dos tradicionais *loucos*, ora chamados pessoas com transtornos mentais etc.; mas, sobretudo, *reapresentar* a ideia que estar na trincheira em defesa dessas lutas requer de nós ampliar esse horizonte de análise e intervenção, associando outras demandas, outros sujeitos, outros movimentos sociais e outras políticas sociais.

Ao me deparar com as reflexões do Eduardo, cá estou com a tarefa dialogar com ele, pois me senti implicada e instigada, ainda que não seja nessa sessão *Debate*. Lembrei-me do enorme desafio mitológico de *Hércules* (FRANCHINI; SEGANFREDO, 2003) e seus 12 trabalhos a desenvolver. Como filho de *Arkmene* (que significa *atrair a reflexão e bom senso*), *Hércules* (que nasceu com o nome de *Alcides*, que significa *aquele que atrai as ideias*) foi desafiado a depurar sua brutalidade e seu imediatismo. Seu nome foi mudado pelo *Oráculo de Delfos - Hércules* (que significa *aquele que vai em direção do heroico*), tendo como sua pena atender a todos os pedidos do Rei *Euristeu* (que significa *aquele que te faz encontrar*). Sob os ensinamentos éticos, ele cresceu por etapas em sabedoria, vencendo os instintos mais cegos. Ou seja, esse mito nos ensina que a caminhada não é breve, e nem muito menos fácil, e que ao empreendermos nossos esforços para traçar estratégias de lutas, podemos nos alimentar desses ensinamentos. O desafio sempre esteve posto conforme cada conjuntura, requerendo de nós *atrair a reflexão, bom senso, ideias que nos permitam encontrar as saídas*, como *Hércules* fez. Refletindo, como nos alerta Antônio Nery (LEAL, 2017), sobre o que se conquistou em décadas anteriores para balizarmos o rumo a perseguir pela via da ética do humano – a *bioética*.

Ao abordar esse tema delicado, Vasconcelos nos permite *reconstituir o real*², a partir de alguns elementos que foram perdidos ao longo da trajetória de consolidação de uma política de saúde mental no Brasil. Como primeiro elemento, algo sempre relevante e atual: a *velha* e para alguns a *nova* necessidade de combinar análise de conjuntura com as propostas de saídas/enfrentamentos para uma determinada questão – que no caso aqui são as demandas postas pela política de saúde mental. Essa combinação, que me parece ser muito mais uma condição *sine qua non*, é na verdade, a principal chave elucidatória para nos mantermos nas resistências frente ao “[...] projeto histórico neoliberal em sua versão mais radical, gerador de uma crise civilizatória que aponta para a barbárie [...]” (VASCONCELOS, 2020, p. 9) que ele mesmo denominou.

² Ianni, ao retomar Marx, diz que “[...] explicar a realidade é não descobrir os nexos que constituem a realidade, mas ajudar essa realidade a se constituir. Portanto, o pensamento entra na constituição do real” (IANNI, 2011, p. 397).

Um segundo elemento que aponto é a necessidade da autocrítica a ser feita pelos sujeitos históricos. Não para esvaziar o conteúdo acumulado e apontar erros, mas principalmente para identificar as lacunas deixadas no rastro da História visando suplantá-las. Concordando com Gonçalves (2020, não paginado) quando problematiza o campo da saúde mental e diz: “[...] já passa da hora de uma retomada autocrítica severa. E esta não será, por certo, tarefa fácil ou absolutamente indolor: ela moverá vaidades e deverá recolocar a prática como critério efetivo da verdade” (GONÇALVES, 2020, não paginado).

Considerar esses aspectos, poderá possibilitar uma passagem do esforço quase que individual - “[...]Podemos traduzir isso nos seguintes termos: “[...] **vamos segurar a reforma psiquiátrica à unha [...]**”, ou “[...] **com o nosso próprio corpo**” (VASCONCELOS, 2020, p. 8, grifos meus), - para as saídas mais coletivas tendo como eixo norteador a filosofia da *práxis*, considerando que ele mesmo avalia que o “[...] o movimento antimanicomial e seus principais representantes teóricos vêm apresentando **uma tendência de pensar a política de saúde mental em si mesma, de forma isolada da conjuntura histórica**” (VASCONCELOS, 2020, p.8, grifos meus). A partir dessa filosofia, a *práxis* humana se torna protagonista, se torna um momento ontologicamente constitutivo da realidade social (COUTINHO, 2011), na qual os objetivos da vontade devem ser *concretos e racionais*. Devem ser teleologicamente planejados, tendo em conta as condições postas objetivamente pela realidade histórica (GRAMSCI, 2000). A reflexão pela *práxis*, portanto, nos permite evitar separar a teoria e prática, o pensamento e a ação. Se estamos distantes disso, por consequência, essa tentativa *pela unha* tem levado as/os trabalhadoras/es de saúde e saúde mental aos três processos que Vasconcelos (2020) mencionou na Introdução. E que se somados, as consequências são ainda mais preocupantes e desafiadoras.

Discutir, portanto, a implementação de um Reforma Psiquiátrica no Brasil e à brasileira e seus desdobramentos para o campo das lutas antimanicomiais seja no campo acadêmico, seja no campo militante, nos exige propor novas mediações. São as mediações que permitem ver as relações com a totalidade, considerando o campo de forças contraditórias. Permitem a passagem do particular ao universal, vinculando um processo ao outro (PAULA, 2001).

Vasconcelos conseguiu de forma objetiva, direta e instigante nos apresentar alguns elementos concretos da conjuntura (a partir das ideias e políticas neoliberais; das estratégias de desmonte do social, do político e da democracia dos intelectuais neoliberais; das mudanças no mundo do trabalho; das mudanças tecnológicas digitais e suas implicações epistemológicas, políticas e subjetivas, com a apropriação pelas forças de ultradireita; e das novas ‘velhas’ formas violentas e radicais de gerir as demandas das populações consideradas indesejáveis). Analisar esses elementos os localizando historicamente não significa prender-se ao passado, pois o passado provavelmente está impregnado no presente. Explicar o presente como ele é e se constitui, exige retomar determinadas categorias do passado e evidenciar suas determinações (IANNI, 2011). Temos sempre o desafio do presente, estamos interessados em certos fatos do presente para constituirmos nossas respostas para hoje ou para um futuro próximo. Mas, para isso

precisamos compreender que o presente não é homogêneo e, assim, exige de nós explicá-lo, dissecá-lo, nessa perspectiva da totalidade histórica.

Se a história brasileira se funde e se ilumina na história do capitalismo e em boa parte aquela é em função desta (IANNI, 1978), sabemos que no campo das lutas históricas contra os ditames capitalistas, frações das classes trabalhadoras possuem também um papel difusor e mediador na consolidação da noção burguesa. Por isso, no campo das resistências, torna-se condição termos e sermos uma militância crítica instrumentalizada. Isso pode nos precaver de nos contentarmos com normativas/legislações mais progressistas e com ações pontuais e focalizadas. Não que isso não seja importante, mas os enfrentamentos devem ser muito mais amplos do que se limitar a essas conquistas em muitos aspectos de cunho reformistas.

A ideia posta hoje é de que as militâncias social e política contestadoras têm altos custos e não possibilita ganhos diante de um sistema disposto a tudo para castigar e/ou suprimir seus adversários. E nesse sentido, é isso que precisa ser atacado, pois a identidade e o ideal emancipador não estão dados (LEAL, 2017). É preciso ultrapassar a militância burocrática através de uma militância ética, a qual representa uma longa viagem, difícil e atribulada, em direção aos horizontes da justiça e da liberdade (MONASTA, 2010). E para que isso ocorra, é necessário o compromisso de classes. Podemos apontar que essa nova consciência para o movimento que se diz antimanicomial, demanda dos sujeitos que constroem essa história uma tarefa de se tornarem protagonistas das reivindicações de outros estratos sociais, aliando-se com as classes trabalhadoras pelos interesses comuns nessa luta. Somente na identificação com os iguais isso será possível se concretizar.

Domando Hércules: a filosofia da *práxis* nas lutas da Política de Saúde Mental

Como Hércules precisou de 12 desafios para domar a sua força e impetuosidade, é nesse sentido que também retomo aqui a necessidade de *domarmos* nossos desejos urgentes de mudanças no sentido de alcançarmos a sabedoria necessária para estabelecermos campos férteis para essas mudanças. Caso contrário, Vasconcelos já nos sinalizou sobre os riscos que corremos. Ele nos sacode ao dizer que é preciso saber recuar quando isso se apresentar necessário ou inevitável; é preciso estar atento às brechas que possibilitem a inserção de práticas inovadoras; e mais do que nunca é preciso ampliar a mirada sobre a história humana com a paciência histórica que nos ajuda a resistir e continuar lutando. Com o otimismo de sua vontade, nos conclama “[...] a manter sempre acesa essa chama da resistência, mesmo que a fogo baixo ou apenas sob as cinzas [...] e reacender a todo gás nossas labaredas éticas da solidariedade humana e da justiça” (VASCONCELOS, 2020, p. 24).

Em um momento em que a humanidade registra em seu diário uma pandemia pelo coronavírus SARS-CoV-2, temos sinais de que os tempos sombrios relatados por Vasconcelos serão agudizados. Assim como Hércules alcançou a sabedoria, os caminhos e meios para as soluções dos seus problemas e, por fim, não menos importante o amor para dar conta de todos os desafios, estamos novamente desafiados a reencontrar esse caminho. Temos a tarefa de recolocarmos algumas das *velhas* estratégias para a atualidade das lutas antimanicomiais e nos reconhecermos nelas, assim como

reinventarmos tantas outras. Pitta (2011) também nos lembrava, no início da segunda década dos anos 2000, que *Política se faz com ira, amor e dinheiro*. A ira serve para nos indignarmos por alguma situação negligenciada ou aviltada, o amor ético e universal para abraçar a causa e encontrar a estratégia mais adequada para intervir; e o dinheiro para dar condições concretas de enfrentamento dos problemas. Ao finalizar uma análise sobre a Política de Saúde Mental a partir dos movimentos que a compunham - Movimentos da Reforma Psiquiátrica (MRP) e o Antimanicomial (MA) dos anos 1970 a 2011 - a autora concluiu dizendo que havia uma questão mais ético-política e cultural do que técnica para as décadas seguintes. A esperança continua depositada nos usuários, familiares e trabalhadores como protagonistas que ao amadurecerem e se renovarem, “[...] pudessem encontrar modos mais sensíveis de reduzir os danos causados pelas instituições e pelas escolhas insensatas” (PITTA, 2011, p. 588) daqueles sujeitos que vivenciaram esses processos diretamente entre esses anos. Nessa análise, Ana Maria Pitta (2011) aponta uma breve autocrítica enquanto integrante dos coletivos que estiveram nas lutas históricas da saúde mental. Diz que pelo movimento e dinâmica da realidade, o MRP³ enfrentou os mesmos problemas do Movimento Reforma Sanitária que foi se afastar ou ser afastado do movimento social.

Essas reflexões me remeteram ao debate que fiz sobre o *movimento antiproibicionista* no campo das drogas em minha tese (LEAL, 2017), na qual busquei compreender o que seria mais coerente com um projeto libertário e questionador das premissas capitalistas no debate sobre as políticas de drogas e em que medida o que chamamos de *antiproibicionismo* se apresentava no campo das resistências e, portanto, se articulava a movimentos políticos mais amplos de classe. A partir dessas e outras indagações, fui me aproximando de algumas respostas, as quais consigo remetê-las aqui, entendendo que estamos tratando do mesmo campo que é o da resistência a partir de sujeitos políticos, ora mais organizados, ora não.

Vou repetir aqui a lição que aprendi ao estudar esse Movimento: produzir um discurso aliado a uma prática *anti* qualquer coisa, requer dos sujeitos envolvidos na dinâmica de um movimento que pretendem estabelecer, ser sobretudo, anticapitalista, à medida que se busca uma nova hegemonia (LEAL, 2017). O prefixo *anti* só poderá ser usado por esses sujeitos (entre os quais eu me incluo) se significar de fato outra perspectiva que vai de encontro ao estatuto médico-jurídico que se funda no paradigma científico ideológico biomédico (que se reatualiza no tempo presente). Esse *modelo* se estrutura numa determinada concepção de corpo mecanicista (corpo-máquina, biológico, individual, universal e atemporal) que disciplinariza os corpos, ‘moldando’ as classes trabalhadoras para os processos de trabalho explorado e alienado (CANGUILHEM, 1995; LUZ, 1988), desvinculando os determinantes sociais, culturais, raciais e de gênero e destituindo os direitos historicamente conquistados. Gerando assim o impacto no plano da

³ Importante dizer que na origem esses Movimentos foram espaços diferentes compostos por sujeitos diferentes. E que ao longo dos anos 1980, o Movimento da Reforma (que comportava setores contra hegemônicos de governos, sociedade civil, entidades de área, usuários, familiares, Universidades, aparelhos formadores de opinião) iniciou uma relação mais direta com os movimentos sociais, como ocorria também organicamente no Movimento da Reforma Sanitária. De modo a consolidar nos anos 1990 a união com o emergente Movimento da Luta Antimanicomial. O MA passou a estar contido no movimento mais amplo que era o MRP.

subjetividade, de modo a não revelar que o enfrentamento deve ser à essa sociabilidade do capital que tende a converter suas opressões estruturais em aflições individuais.

Se hoje, é o Movimento antimanicomial (que também passou a incluir outros sujeitos advindos do MRP) que tem apresentado as pautas da saúde mental e organizado os enfrentamentos, cabe a esse coletivo organizar também a autocrítica necessária para o avanço. Estaria esse movimento esvaziado dos seus lemas mais mobilizadores? Os/as militantes estariam frágeis e, portanto, deixando frágil o movimento social que foi o propulsor de mudanças (seja no âmbito legal normativo, seja nas ações nos serviços, seja na proposta de outros tipos de cuidados, seja no enfrentamento dos estigmas da loucura, etc.)?

A realidade dos anos 2000 apresenta diferentes desafios incorporados às lutas antimanicomiais como o enfrentamento do uso prejudicial das substâncias psicoativas e o aparecimento das instituições religiosas como as Comunidades Terapêuticas e as instituições psiquiátricas privadas na estrutura do Estado *remanicomializando* toda uma lógica, que achávamos que estava em parte superada. Além disso, Passos (2018) apresenta o desafio de fazer o debate da Reforma Psiquiátrica brasileira mediado e/ou substanciado pelo tema racial. E que, mesmo com o fim do hospital psiquiátrico tradicional, ainda identificamos inúmeras formas de *apartheid* social (seja pela medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela higienização urbana, etc.). Sem contar a psicologização das relações sociais que promove a remissão dos problemas sociais à dimensão psicológica dos próprios sujeitos por eles afetados. Essa individualização permite “[...] psicologizar os problemas sociais, transferindo sua atenuação ou proposta de resolução para modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo” (NETTO, 2007, p. 41). Como mencionou o Prof^o. Eduardo, esses processos de subjetivação de cada um de nós atingem os padrões até então reconhecidos da vida e dos valores políticos, morais e éticos. E estão diretamente relacionados aos fatos históricos singulares que contribuíram para aprofundar essas tendências.

Por esses desafios e tantos outros, é fundamental perceber a organização dos movimentos de resistência. Se as relações e estruturas capitalistas têm a faculdade de criar e recriar tanto o que é novo como o que é velho; e se a heterogeneidade, a desigualdade e as contradições culturais (em termos materiais e espirituais) são parte necessária dessas relações capitalistas (IANNI, 1978); é preciso lembrar também que a luta de classes é capaz de adquirir características especiais, precisamente nesses períodos de crise revolucionária. É nesse clima que se revela sorrateiramente a reconstrução de momentos decisivos que possibilitem uma transformação.

Portanto, o rumo a ser tomado deve ser a partir de uma atitude teórica realmente dialética. Quanto mais se conhece os processos em que está inserido, mais livre é o sujeito para circunscrever os fins que visa. Necessário, portanto, fazer esse caminho de volta às raízes. Vasconcelos fez a crítica de que a esquerda brasileira formada nas lutas sociais e políticas das décadas de 1970 a 2000 está despreparada e desorientada. E então, como pensar o impacto da crise atual para o campo da saúde mental no contexto das tendências emergentes da conjuntura histórica?

Como já dito, Marx nos responde através da *filosofia da práxis*, que diz respeito ao vínculo inseparável entre a teoria e prática, o pensamento e a ação. Ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples, mas não para limitar a atividade científica e manter uma unidade no nível inferior das massas, mas, sobretudo para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. Para isso, a consciência política (a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica) é a primeira fase de uma subsequente e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (MONASTA, 2010). É urgente restabelecemos o modo de ser da nova intelectualidade, a qual não pode mais se consistir na eloquência (como algo exterior e momentâneo), mas a partir de um aprofundamento na vida prática, como construtora, organizadora, *persuasora permanente* (GRAMSCI, 2001). Como um instrumento ideológico para expandir a consciência das massas sobre o mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das ideias, essa filosofia torna mais possível que massas populares estejam mais capacitadas para compreender as suas vidas e *dirigir a sociedade ou controlar os que a dirigem* (LEAL, 2017). Ratificamos, desse modo, as palavras de Vasconcelos – se quisermos traçar estratégias de resistência e luta com maior efetividade, temos que ampliar a análise da conjuntura mundial e brasileira, reconhecendo o caráter global e multidimensional do projeto neoliberal em sua versão mais radical que gera uma crise civilizatória nos moldes de barbárie.

Algumas considerações, longe de serem finais

Vasconcelos (2020) didaticamente optou por nos apresentar diversos aspectos da conjuntura para, durante o percurso, nos perguntarmos se tínhamos conhecimento de fatos atuais. Ao prosseguirmos na leitura atentamente, nos deparamos com as nossas reações (que podem ter sido de surpresa pelo parcial ou completo desconhecimento dos fatos narrados): *Ah, isso eu não sabia! Ah, isso eu não sabia que funcionava dessa forma! Ah, isso eu não sabia que estava articulado com aquilo!* Ou seja, ele nos permitiu formular nossas respostas no espaço de tempo da leitura.

Minha suspeição é de que, enquanto parte integrante desse movimento antimanicomial, ousou responder ao Eduardo Vasconcelos que de forma coletiva: não estamos compreendendo a gravidade do projeto neoliberal radical que emergiu após a crise de 2008, para traçar nossas estratégias de resistência e luta. Obviamente o que vejo é parte da realidade, mas não é a realidade. Portanto, não posso afirmar assertivamente que não estamos fazendo nosso dever de militância. Sabemos que somos múltiplos, diversos, complexos e que individualmente ou em menor escala alguns sujeitos têm feito essas articulações e mediações.

Ainda assim, mesmo que os discursos e as práticas na essência sejam os mesmos em mais de 40 anos de história de resistência no campo da saúde mental e que não estejam sendo atualizados conforme a realidade, chegar a essa conclusão não significa desconsiderar todo esse processo vivenciado pelos sujeitos e conformado num campo de lutas. Muito pelo contrário, a existência desses discursos assegurou de alguma forma inúmeros avanços. Como disse Gramsci, no movimento histórico, jamais se volta atrás. Portanto, pela filosofia da *práxis*, temos como tarefas: a) ter uma vinculação orgânica com as

classes subalternas; b) desmascarar as ideologias modernas e suas formas de conformismo através de uma crítica ideológica e batalha cultural para formar uma vontade coletiva nacional-popular e construir uma nova hegemonia; c) se renovar e se fortalecer frente às novas interpelações da história e; d) estabelecer a relação entre o universal e o particular (LEAL, 2017).

E sob a constatação de que “[...] vivemos numa sociedade de escolhas arriscadas, mas apenas alguns têm a escolha, enquanto os outros ficam com o risco [...]” (ZIZEK, 2011, p. 24), caberá a alguns manter as lutas por aqueles que não podem e/ou estão mais impossibilitados de lutar. E, em tempos que o que parecia ser inviolável está sendo violado, temos a tendência a ficar paralisados ou ainda botar para fora nossa fúria de forma descontrolada. Em alguma medida, é preciso “[...] transformar essa fúria em fria determinação de pensar - pensar sobre a situação de maneira realmente radical e nos perguntar que tipo de sociedade é essa” (ZIZEK, 2011, p. 27). “[...] Talvez esteja na hora de dar um passo para trás, pensar e dizer a coisa certa. É verdade que costumamos falar em vez de fazer, mas às vezes também fazemos coisas para não ter de falar e pensar sobre elas” (ZIZEK, 2011, p. 22).

Se por ora não sabemos exatamente o que temos de fazer, já sabemos como podemos começar. Precisamos agir, porque se omitir pode ser catastrófico. Nos arrisquemos! Assim vamos descobrir coisas possíveis no *novo* e o que era bom no *velho* que não podemos perder. Para isso, precisamos não somente estar vivos, mas bem de saúde!

Referências

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

COUTINHO, C. N. (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRANCHINI, A.S; SEGANFREDO, C. **As cem melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

GONÇALVES, M. F. Universidade e Saúde da Crítica. **Arame Falado**, 31 maio 2020. Disponível em: <https://marcusfabiano.wordpress.com/2020/05/31/universidade-e-saude-da-critica/?fbclid=IwAR25kugpr6TeANDBDDdsuh59PwGjDdooSPBYmmzAANS-Kuo5beikAHJq2UI>. Acesso em: 30 maio 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p. 397-416, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>. Acesso em: 5 mar. 2020.

IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LEAL, F. X. **Movimento antiproibicionista no Brasil: discursos de Resistência**. Tese (Doutorado em Política Social)-Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

LUZ, M.T. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PASSOS, R. G. "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-23, set./dez. 2018.

PAULA de, J. A. O marxismo como pensamento crítico. **Revista Sociedade Brasileira Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 24-52, dez. 2001.

PITTA, A. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 4579-4589, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/02.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

ZIZEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Fabiola Xavier LEAL

Prof^ª. do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Política Social da Ufes. Graduada em Serviço Social pela Ufes (2003). Mestrado (2006) em Política Social pela Ufes e Doutorado (2017) em Política Social pela Ufes e com Doutorado Sanduíche (PDSE) pela University of Southern California/USA. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Fênix (Análises das Políticas de Saúde, Saúde Mental e sobre Drogas). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde, atuando principalmente nos seguintes áreas: políticas de saúde, saúde mental e sobre drogas. Atualmente é conselheira representante da Ufes no Conselho Estadual sobre Drogas (COESAD).
